

A ESCOLA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DIÁLOGO COM PROFESSORES DA REDE PÚBLICA SOBRE AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO

Robson José de Moura SILVA¹
Luciano dos SANTOS²
Geraldo Rodrigues de PAIVA³

RESUMO

O presente estudo visa compreender os discursos de professores da rede pública de ensino do Estado do Rio Grande do Norte quanto às dificuldades de atendimento enfrentadas na sala de aula meio ao processo de inclusão da pessoa com deficiência (PcD) e acompanhá-la para que se explore o máximo proveito do processo de ensino aprendizagem. O referencial teórico apresenta uma abordagem histórica sobre a evolução do processo de inclusão destes alunos na escola. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa com uma entrevista estruturada contendo oito questões de opinião pessoal. Os resultados revelaram a falta de uma formação adequada, da oferta de uma capacitação específica nas redes de ensino e de estrutura física para oferecer o melhor atendimento à PcD, assim como demonstram a falta de diálogo do poder público com os professores que vivenciam a sala de aula e a opinião destes professores de que a escola tradicional não seja, neste modelo educacional fragilizado, o melhor local para a educação da PcD. A significância deste estudo se dá por servir de base para futuras pesquisas relacionadas com a temática em evidência.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Escola Tradicional. Dificuldades de Inclusão.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a escola passou por diversas transformações e adaptações que a conduziram ao *status* de local para o pleno desenvolvimento do ser humano. A escola é o espaço mais adequado para aquisição do saber sistematizado e fragmentado em disciplinas curriculares que formam as competências necessárias para o convívio em sociedade e para a continuação dos estudos, preparando os alunos para uma vida plena em sociedade.

O conceito de escola, abordada aqui, é a escola tradicional com pouca ou nenhuma adaptação para a PcD, que segundo Mantoan (2011), no início dos anos 60 é que teve sua educação instituída oficialmente, com a denominação de “educação dos excepcionais”.

As transformações ocorridas nas últimas décadas na educação brasileira, bem como na internacional, tem contribuído, significativamente, na oferta de uma educação inclusiva, através

¹ Especialista em Cinesiologia, Biomecânica e Treinamento Físico – UGF, 2013. E-mail robsonjosedemourasilva@gmail.com

² Especialista em Ensino da Língua Inglesa – UECE, 2018. E-mail lucianoufrn2@gmail.com

³ Especialista em Gestão Escolar – ISEP, 2010. E-mail grpquamar@yahoo.com.br

do estabelecimento e implementação de leis, decretos, portarias, etc. No entanto, muito ainda falta, no que se refere a atenção necessária para o acolhimento e atendimento da PcD.

Contudo, mesmo estabelecido em lei, a acessibilidade e permanência da PcD nos espaços escolares ainda passa por condicionamentos oriundos da falta de conscientização e ação de políticas públicas em prol da oferta de um ensino público de qualidade.

O advento da educação da PcD no ensino regular pressupõe a necessidade de propor uma nova concepção social acerca do processo de inclusão, devendo-se conhecê-la em teoria e exercitá-la na prática.

Assim, o estudo visa identificar nos discursos docentes a opinião profissional acerca da inclusão da PcD em escolas tradicionais baseada nas experiências que esses tiveram ao longo de suas carreiras como professores e suas dificuldades em lidar com esse público e, principalmente, na obtenção do intuito maior da educação sistematizada, o conhecimento.

A pesquisa contou com uma entrevista estruturada, onde, cada participante escutava o questionamento e respondia livremente sua opinião acerca da indagação. As respostas foram as mais diversas, todavia, caminhavam na mesma direção, apontando as falhas e lacunas das redes de ensino para a inserção adequada da PcD nas escolas tradicionais que receberam a denominação de “escola para todos”.

METODOLOGIA

Centrado à pesquisa de natureza qualitativa, foi utilizado como instrumento principal de coleta de dados a entrevista estruturada. Duarte (2004) destaca que:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p.215).

A estrutura da entrevista contou com 8 (oito) questões de opinião pessoal, a saber:

1. Professor(a), qual é o seu nome e a disciplina que ministra?

2. O (a) senhor(a) em algum momento de sua carreira profissional, já teve a oportunidade de ministrar aulas a turmas com a PcD?
3. A sua formação acadêmica lhe possibilitou o preparo para o atendimento a PcD?
4. Sabe-se que existem diversas deficiências limitantes fisicamente, mas, que em nada compromete intelectualmente. Qual a sua opinião sobre a inserção da PcD, especificamente, paralisados cerebrais, surdos e cegos em salas tradicionais?
5. Imagine uma rede de ensino que atendesse a todas as PcD, qual a sua opinião sobre surdos com seu intérprete de libras em aulas de inglês ou mesmo cegos em aulas de exposição de vídeos ou imagens. Qual a sua opinião acerca do aproveitamento que estes alunos conseguirão?
6. Sabe-se que o aluno tradicional para avançar de uma série para outra precisa formar competências. Qual a sua opinião sobre a formação destas competências pela PcD?
7. Qual a sua opinião sobre a obrigatoriedade de avançar a PcD de uma série para outra, mesmo que, não forme as competências necessárias?
8. Na sua opinião, a escola tradicional é o local mais adequado para a educação da PcD?

Para preservar a identidade dos professores participantes, a expressão de suas opiniões profissional será identificada pelas siglas PROF1, PROF2, PROF3 e PROF4.

DESENVOLVIMENTO

Em pleno século XXI, ainda é notável a falta de preparação especializada e de estruturas de escolas adequadas para atender a PcD e, conseqüentemente, o distanciamento do aluno espacial em meio escolar. Para tanto, Rodrigues (2006) alerta que no início deste século, parece que nunca a desigualdade entre os homens foi tão grande e não encontramos solução plausível nem previsível para injustiças e conflitos.

A princípio de discussões, a história evidencia as diferenças conceituais, mesmo na tentativa de igualdade entre os seres, conforme é possível identificar em Freitas (*et. al*, 2017) quando os mesmos comparam as diferenças entre conceitos e suas mais diversificadas terminologias:

O mesmo ocorre ao se definir a expressão pessoas com deficiência (PCD), que já transitou também por termos como Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) e Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). Tanto a nomenclatura Portadores como a que se refere a Necessidades Especiais são restritivas e excludentes. Portanto, faz-se necessário um entendimento a cerca desta terminologia, a fim de uma melhor

compreensão sobre a evolução, entendimento e valores da sociedade a cada época. O intuito é adotar a terminologia mais compatível e coerente com a premissa de uma sociedade inclusiva (FREITAS et al. 2017, 81).

Outro aspecto relativo às incongruências do atendimento à PcD refere-se à falta de estrutura adequada nos remete ao século XIX, relatado por Mendes (2006):

[...] a institucionalização da escolaridade obrigatória e a incapacidade da escola de responder pela aprendizagem de todos os alunos deram origem, já no século XIX, às classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos difíceis passaram a ser encaminhados (MENDES, 2006, p.387).

A história da educação da PcD é anterior ao século XIX, sendo traçada desde o século XVI, quando o homem começa a ver e considerar a PcD com outras perspectivas, como esclarece Mendes (2006):

A história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos, esses precursores desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos (MENDES, 2006, p.387).

No Brasil, a educação da PcD somente teve seu marco inicial no século XIX, quando alguns brasileiros se inspiraram em experiências estrangeiras, descrito por Mantoan (2011):

O desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e européias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais (MANTOAN, 2011, p.1).

Apenas em meados do século XX que a sociedade passou a dar mais atenção à educação da PcD, porém, como observa Mendes (2006), os baixos resultados e até mesmo o não acompanhamento do restante da turma regular por algumas PcD, os faziam serem conduzidos a salas especiais para tentar minimizar a larga distância entre os resultados educativos, gerando assim, uma segregação na escola tradicional.

A partir da segregação ocorrida na escola tradicional que culminava na exclusão sofrida pela PcD, mergulhamos na história das lutas em defesa dos direitos da pessoa humana que existe na PcD desde os movimentos sociais na década de 1960:

Os movimentos sociais pelos direitos humanos, intensificados basicamente na década de 1960, conscientizaram e sensibilizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com *status* minoritários, tornando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável. Tal contexto alicerçou uma espécie de base moral para a proposta de integração escolar, sob o argumento irrefutável de que todas as crianças com

deficiências teriam o direito inalienável de participar de todos os programas e atividades cotidianas que eram acessíveis para as demais crianças (MENDES, 2006, p.388).

Segundo Mantoan (2011), desde o final da década de 50 a educação especial figura na política educacional brasileira, e mais:

Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial - CENESP. Esse Centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial - SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC (MANTOAN, 2011, p.2).

De acordo com Mendes (2006), a partir da década de 1970, as escolas comuns passaram a aceitar crianças ou adolescentes em classes comuns. Mas foi em 1990 que foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos:

Em 1990, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, Tailândia, promovida pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Participaram educadores de diversos países do mundo, sendo nessa ocasião aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (MENDES, 2006, p.395).

Ao longo de toda a história apresentada, muito se discutiu e se promoveu a inserção das PcD nas classes comuns das escolas tradicionais, mas, essa discussão claramente foi imposta e as devidas capacitações profissionais necessárias para consolidar o processo de inclusão ficou deficitário, desta forma, as discussões atuais assim como as opiniões profissionais de quem lida diariamente com salas de aulas repletas de alunos que são ou não PcD, são as mais diversas no que diz respeito ao termo inclusão escolar e especificamente a inclusão da PcD, o que veremos no tópico 4 (quatro) deste estudo.

Para Dischinger e Machado (2006), a escola deve promover o acesso à educação e, a partir daí, poder trabalhar as possibilidades de ensino-aprendizagem a qual o aluno com deficiências necessita para que possa desenvolver suas habilidades psicomotoras e cognitivas.

Para os autores:

Acessibilidade espacial significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Para um aluno ir até sua escola, situada no centro da cidade, é possível chegar através de automóvel, de ônibus ou a pé. No caso de um cadeirante, o percurso deve ser acessível (com rampas nos passeios e na entrada do edifício, dimensões adequadas, travessias seguras, etc.) (DISCHINGER, MACHADO, 2007, p.106).

Conforme exposto, acessibilidade é uma parte integrante do processo de inclusão, esta última, por sua vez, desenvolvera-se através da oferta de subsídios que favoreçam o acesso, estabilidade e permanência do aluno no espaço escolar, o qual sem atrativos ou sequer uma rampa, pouco transmitirá ao aluno com deficiência uma concepção de acolhida.

Na perspectiva de Dias (2017):

O ideal seria que o sistema educacional oferecesse uma educação inclusiva e com qualidade, que pudesse contar com incentivos governamentais participação efetiva da sociedade civil, mas, isso não corresponde totalmente à realidade. Embora tenhamos avançado na legislação, a prática cotidiana ainda é diferente em muitos contextos. Houve um aumento significativo de crianças com deficiência matriculadas, porém, a qualidade do ensino ainda fica comprometida (DIAS, 2017, p.5).

Para que a inclusão ocorra faz-se necessário levar em consideração a pluralidade dos indivíduos de uma sociedade, a variedade cultural, religiosa, étnica e estereotípica. A inclusão deve superar os (pré) conceitos históricos acerca da concepção da PcD, a escola deve prestar-se à transformação de uma nova visão acerca de indivíduos deficientes dentro e fora da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas ocorreram na Escola Estadual Mascarenhas Homem situada na Cidade no Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte e contou com a participação de 4 (quatro) professores das disciplinas: Língua Portuguesa (2), Língua Inglesa (1) e História (1).

Os quatro entrevistados em suas carreiras profissionais como professores já ministraram aulas em escolas e classes que tinham a presença da PcD, inclusive, um dos entrevistados já teve uma experiência com uma classe com duas PcD. E foi unânime a resposta da segunda questão a qual revelaram que em nenhum momento de sua formação, lhes foi possibilitada uma capacitação para o atendimento a pessoa com necessidades educativas especiais, nem mesmo, a rede de ensino a qual servem lhes proporcionou tal capacitação.

Quando perguntados sobre a inclusão de alunos portadores de algumas deficiências de nível mais limitante que as demais como exemplamos a paralisia cerebral, os professores convergiam na sinalização do quanto é importante esta inclusão, mas, uma resposta chamou bastante atenção:

“Essas deficiências, acredito, que a DM, deficiência mental, paralisia cerebral, não acrescenta nada, nem ao professor, nem a turma, nem a própria pessoa. Recebi um aluno catatônico, ficava encostado na parede e pronto, era só isso a aula dele. Ele ia pra lá, foi até no Instituto Kennedy isso, e ficava

encostadinha na parede e não falava nada. Recebi agora uma menina que é Síndrome de Down, ela está no terceiro ano do nível médio, acompanhando a escolaridade? Não. Acompanhando a faixa etária dela, mas, ela também não sabe nem riscar o A. Então agente tem que fazer aquele trabalho de pontinhos, que não fui orientada para isto em nenhum momento, para ela tentar fazer. Então ela não identifica um A, um H nem um T, para ela é tudo igual” (PROF4).

Sobre o aproveitamento dos alunos, especificamente, surdos em aulas de inglês, e cegos em aulas com apresentação de imagens e vídeos, mesmo devidamente acompanhados de profissionais capacitados especialmente para eles além do professor, quando indagados sobre a opinião profissional, os entrevistados convergem na opinião de que é possível que estes alunos deficientes especificados, consigam acompanhar o ritmo da turma na ocasião de uma equipe preparada para atendê-los e de estrutura suficientemente adequada. Brilhantemente, um dos entrevistados expôs sua opinião:

“É uma questão muito complicada, tem que ter as ferramentas para isto. O professor de LIBRAS que estivesse acompanhando este aluno surdo precisaria também ser professor de inglês, precisaria ser professor dos dois na verdade. E é difícil encontrar esse profissional. E a questão dos deficientes visuais, sei que existem várias novas formas de assistir um vídeo, por exemplo, como um aplicativo que faz uma leitura das descrições dos vídeos, tem os vídeos e vem a descrição e eles vem com a descrição de que aquele é o de o cego ver. É possível sim, mas, é algo que ainda não vi sendo usado ainda, tem muito a ser debatido e descoberto e até inserido na escola” (PROF2).

O processo de escolarização se justifica pela necessidade da aquisição do conhecimento sistematizado pelos alunos, que servirá de base para a vida em sociedade e para a continuação dos estudos. Quando indagados sobre a aquisição deste conhecimento pela PcD, especificamente, pela formação das competências que cada disciplina curricular dispõe aos alunos, os entrevistados se mostraram confiantes na possibilidade de que o aprendizado ocorra, porém, um dos discursos foi bastante contundente ao enfatizar que:

“Alguns conseguem. O surdo pode conseguir. O surdo pode até dirigir carro. Um deficiente visual acabou de se formar na UERN aqui em Natal e outro na UFRN e ele é deficiente visual, ele fez pós-graduação em educação inclusiva, vi isso na televisão. Então esses conseguem, porém, os que são de um grau maior ou menor, não sei como é essa classificação, é mais difícil, eles não vão adiante, não vão avançar. Eles vão ter um acompanhamento, mas, nada de avançar” (PROF4).

Um dos pontos polêmicos da entrevista diz respeito à legislação específica sobre a obrigatoriedade da progressão escolar da PcD, mesmo que não atinja níveis satisfatórios. Os

entrevistados se posicionaram contrários a este tipo de situação. Um deles se mostrou bastante preocupado com tal prática:

“Acho muito errado. Entendo por que é feito isso, para evitar um grande confronto, um grande debate, evitar o pior né. Os esforços para realmente dar o apoio, a base, que esta pessoa precisa para que ela possa caminhar junto com as outras que não precisam deste apoio. Para evitar tudo isto é mais fácil passar, o que eu acho realmente horrível, por que, no final das contas, elas acabam em déficit, infelizmente, a verdade é esta. Eu não gostaria, por exemplo, se meu filho tivesse algum tipo de deficiência que ele estivesse sendo aprovado sem mérito dele, nesse quesito do tipo “ok, ele não precisa fazer nada” que sabemos que as vezes é o que acontece, mesmo aqui no nosso contexto. Não acredito que valha a pena, infelizmente. Entendo por que é feito, mas, não concordo” (PROF2).

Em relação à escola tradicional ser o local mais adequado para a educação da PcD, este questionamento não foi discutido com aqueles que estão diariamente enfrentando situações como esta, pois, algumas opiniões são desfavoráveis:

“Para educação não, para a socialização. Para a formação educacional, uma escola para alunos com essas necessidades especiais seria mais adequado. Agora para se socializar com pessoas sem deficiência é interessante sim” (PROF1).

E ainda analisando de um modo geral, temos a seguinte opinião acerca de a escola tradicional ser o local mais adequado para a educação aPcD:

“Nem pra eles, nem pra ninguém. Inadequado para todo mundo. A sala de aula é um ambiente opressor, é um ambiente chato, estressante, onde todo mundo tem suas diferenças, cada um tem suas particularidades, mas, todo mundo é obrigado a ficar lá. Então não é bom para ninguém, nem para os ditos normais, nem mesmo para os especiais” (PROF3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito tempo se discute sobre os direitos a educação da PcD, nota-se inclusive movimentos sociais que marcaram o início da luta por tais direitos, conferências internacionais que debateram sobre o assunto e até mesmo o poder público assumindo o compromisso por prover as condições para que se chegue a resultados satisfatórios relacionados ao melhor aproveitamento do processo de escolarização pela PcD, todavia, a realidade é o descaso das autoridades que não promoveram capacitações para os servidores, nem tampouco, inseriu a obrigatoriedade de disciplinas nos currículos acadêmicos para o trato com a PcD e não estruturou os espaços físicos das escolas para receber e manter estes alunos.

O professor chega à sala de aula sem uma formação acadêmica adequada e as redes de ensino não promovem a capacitação deste profissional, portanto, a perda social fica evidenciada. A estrutura que hoje é disponibilizada compromete a qualidade da formação da PcD e a sensação de frustração do professor por não poder fazer absolutamente nada por estes alunos é explícita.

É possível que uma atenção cuidadosa das autoridades competentes e uma mudança na postura culminem na melhoria da realidade presenciada nas escolas do país, assim, favorecendo a ampliação do atendimento a PcD com mais qualidade e estrutura adequada para garantir que seus direitos sejam efetivamente satisfeitos, porém, no exato momento histórico em que nos encontramos, é possível afirmar que a escola tradicional não é o local mais adequado para atender a PcD.

REFERÊNCIAS

DIAS, Duartina Ana. **Inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar**. Disponível em:

http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/inclusao_da_pessoa_com_deficiencia_no_contexto_escolar.pdf Acesso em: 15 ago. 2019.

DISCHINGER, Marta; MACHADO, Rosangela. **Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis**. Inclusão. Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação especial. Ano 2, nº2, agosto/2006. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FREITAS, Simone Van der Halen; FOSSATTI, Paulo; KORTMANN, Gilca Maria Lucena. **Inclusão de pessoas com deficiência (PcD) na educação superior: um olhar a partir das políticas de inclusão**. Estudos contemporâneos em CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - volume IV, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Educação Especial no Brasil:** da exclusão à inclusão escolar. 2011. <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf> - Acessado em 24/04/2019 às 23:06h.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação escolar de deficientes mentais:** Problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. Cadernos – CEDES v.19 n.46 Campinas Set. 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300009>

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. v 11 n.33 set./dez. 2006

RODRIGUES, David (org). **Inclusão e Educação:** doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo. Summus Editorial, 2006.